LATITUDE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS



RELATÓRIO SEMANAL

INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

NOV / 09

Decifrando a Política Externa Brasileira

Caros leitores,

A semana evidenciou uma inflexão na estratégia brasileira de inserção internacional: o país busca combinar expansão comercial, transição energética, política industrial e autonomia decisória em um ambiente de competição geoeconômica. A corrente de comércio atingiu US$ 66,3 bilhões em outubro, recorde para o mês, enquanto as exportações avançam em mercados como Bangladesh, Malásia, China e Europa. Ao mesmo tempo, o governo procura converter acordos do Mercosul com a União Europeia, EFTA e possíveis parceiros asiáticos em acesso efetivo a mercados, investimentos e cadeias produtivas mais sofisticadas.

Nesse contexto, a agenda de terras raras e minerais críticos ganhou centralidade. O Conselho Nacional aprovou lista de 27 substâncias prioritárias e estabeleceu critérios de risco geopolítico, concentração da oferta e dependência externa. A prioridade é evitar que o Brasil permaneça apenas como fornecedor de minérios brutos. A reeleição de Lula também reposiciona as negociações com os Estados Unidos, que buscam acesso a recursos estratégicos, ao passo que Brasília sinaliza preferência por investimentos associados ao processamento nacional, à transferência tecnológica e à geração de valor interno.

A política ambiental tornou-se instrumento simultâneo de legitimidade externa e desenvolvimento econômico. Os Mapas do Caminho da Presidência da COP30 propõem acelerar o afastamento dos combustíveis fósseis e interromper o desmatamento até 2030. Em paralelo, o governo aprovou diretrizes para o mercado de carbono, para um roteiro nacional de transição energética e para a avaliação ambiental de novas bacias petrolíferas. Essa combinação revela uma estratégia de transição gradual: preservar segurança energética e capacidade fiscal, enquanto amplia renováveis, biocombustíveis, eletromobilidade e proteção florestal.

No plano diplomático, o Brasil reforça sua presença em mecanismos multilaterais. A participação na Cúpula Ibero-Americana, o diálogo com a Venezuela, a iniciativa na OEA sobre interferência informacional e a preparação para a COP31 mostram busca por coordenação regional e defesa da soberania. Por fim, o Congresso Nacional permanece ator relevante: aprovou instrumentos sobre democracia no Mercosul, cooperação com Guiana, Venezuela, Croácia, Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão, além de acompanhar a crise paraguaia. O desafio será transformar essa intensa agenda externa em resultados concretos de investimento, inovação, emprego, segurança e redução das desigualdades. Também importa consolidar mecanismos de financiamento, capacitação tecnológica e coordenação federativa, sem os quais políticas permanecerão fragmentadas e a autonomia estratégica será limitada.

Ferramentas de IA foram utilizadas na elaboração deste relatório. Todo o conteúdo foi revisado por humanos.

Economia, comércio e investimentos

Fórum Mercosul-União Europeia

A ApexBrasil realizou um fórum no Parlamento Europeu para defender o Acordo Mercosul-União Europeia. Eurodeputados, diplomatas e lideranças industriais discutiram comércio, investimentos, transição verde e matérias-primas críticas. Participantes buscaram combater estereótipos sobre a produção brasileira e mobilizar apoio político. O encontro destacou potencial de cadeias produtivas locais, maior valor agregado e parceria estratégica duradoura entre Brasil, Mercosul e Europa.

Por que isso é importante? O acordo pode ampliar mercados e investimentos brasileiros, mas também submete empresas nacionais a regras europeias, exigindo capacidade produtiva, tecnológica e regulatória competitiva.

Farelo de milho na Alemanha

O Brasil participou da EuroTier 2026, na Alemanha, com empresas apoiadas pelo Brazilian Distillers Grains. O projeto reúne produtores de farelos de milho destinados à nutrição animal. A feira aproxima empresas brasileiras de compradores, tradings e indústrias internacionais. Entre janeiro e setembro de 2026, o Brasil exportou 971.681 toneladas para 21 mercados, superando o total registrado durante todo o ano de 2024.

Por que isso é importante? A presença internacional amplia mercados para produtos agroindustriais brasileiros, mas ganhos permanentes dependem de logística, inovação, qualidade certificada e poder de negociação comercial.

Comércio Brasil-Bangladesh

A ApexBrasil lançou estudo sobre comércio e investimentos com Bangladesh, identificando 162 oportunidades para exportadores brasileiros. O intercâmbio bilateral alcançou US$ 3 bilhões em 2025, com US$ 2,7 bilhões em vendas brasileiras. Açúcar, algodão, milho e farelo de soja lideram a pauta. Entre janeiro e agosto de 2026, exportações ao país asiático cresceram 32%, atingindo US$ 2,1 bilhões no período.

Por que isso é importante? Bangladesh diversifica destinos para exportações brasileiras e reforça relações Sul-Sul, embora a pauta concentrada em commodities mantenha desafios de industrialização e agregação tecnológica.

Economia, comércio e investimentos

Recorde comercial em outubro

A corrente de comércio brasileira alcançou US$ 66,3 bilhões em outubro, o maior resultado histórico para o mês. No acumulado anual, as exportações chegaram a US$ 321,9 bilhões, as importações somaram US$ 250,8 bilhões e a corrente comercial atingiu US$ 572,7 bilhões. Os resultados refletem forte integração do país aos mercados externos, ampliando receitas cambiais, abastecimento produtivo e oportunidades para empresas brasileiras.

Por que isso é importante? O comércio recorde fortalece contas externas e capacidade de importação, mas desenvolvimento sustentável exige exportações mais diversificadas, tecnológicas e menos dependentes de commodities.

Mercosul e Indonésia

A Secretaria de Comércio Exterior abriu consulta pública sobre possível acordo de preferências comerciais entre Mercosul e Indonésia. Empresas, entidades e setores produtivos poderão apresentar interesses, barreiras e oportunidades relacionados à negociação. A iniciativa busca subsidiar tecnicamente a posição brasileira, identificar setores prioritários e ampliar a transparência. O entendimento poderá aproximar o Mercosul de um grande mercado asiático, diversificando parcerias econômicas brasileiras internacionais.

Por que isso é importante? A aproximação com a Indonésia diversifica mercados e reduz concentração comercial, fortalecendo a margem negociadora brasileira diante de parceiros tradicionais e potências econômicas globais.

Painel Mercosul-EFTA

O MDIC lançou um painel para orientar empresas sobre oportunidades do Acordo Mercosul-EFTA. A ferramenta reúne informações sobre tarifas, regras de origem, procedimentos e possibilidades de comércio com Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. A iniciativa busca facilitar o uso prático dos benefícios negociados, aproximando produtores brasileiros de mercados europeus. Também oferece apoio para internacionalização, planejamento exportador e aproveitamento de preferências comerciais estabelecidas entre os blocos.

Por que isso é importante? Informação comercial reduz barreiras para empresas brasileiras, porém, benefícios efetivos exigem financiamento, escala, certificações e capacidade de atender às exigências de mercados desenvolvidos.

Economia, comércio e investimentos

Retomada da Malásia

A Malásia retomou importações de produtos avícolas brasileiros após avaliações sanitárias relacionadas à doença de Newcastle. A medida reabre o mercado para produtores, frigoríficos e cadeias logísticas nacionais. O resultado decorre de diálogo técnico, vigilância sanitária e atendimento às exigências do país importador. A decisão reforça a imagem brasileira como fornecedor capaz de responder a protocolos internacionais e preservar presença em mercados agroalimentares competitivos.

Por que isso é importante? Exigências sanitárias definem acesso a mercados; cumpri-las preserva exportações, empregos e reputação brasileira em cadeias alimentares globais reguladas por importadores.

Comércio de carnes com os EUA

O Brasil defendeu previsibilidade comercial e cooperação com os Estados Unidos durante encontro internacional do setor de carnes. A posição brasileira ressaltou regras claras, respeito às exigências sanitárias, diálogo institucional e estabilidade para cadeias de abastecimento. O governo buscou reforçar a relação de longo prazo baseada em complementaridade produtiva. O evento reuniu importadores e representantes nacionais para discutir comércio, regulamentação, logística e segurança alimentar global.

Por que isso é importante? Os Estados Unidos influenciam tarifas e normas globais; previsibilidade comercial protege exportadores brasileiros de decisões assimétricas que podem reorganizar mercados internacionais rapidamente.

Genética animal para Bangladesh

Bangladesh autorizou importações de genética bovina e bubalina brasileira após negociações sanitárias. A abertura inclui embriões, sêmen e animais vivos destinados à reprodução. O país importou mais de US$ 2,66 bilhões em produtos agropecuários brasileiros durante 2025. A missão do Mapa identificou oportunidades adicionais para insumos de alimentação animal, cooperação técnica, transferência de tecnologia, missões empresariais e melhoramento dos rebanhos locais.

Por que isso é importante? Exportar genética adiciona conhecimento à pauta brasileira, amplia relações Sul-Sul e reduz dependência exclusiva de commodities em segmentos agropecuários tecnologicamente mais sofisticados.

Economia, comércio e investimentos

Pescados brasileiros na China

O Brasil participou da China Fisheries and Seafood Expo 2026, em Qingdao, com oito empresas no Pavilhão do Brasil. A feira reuniu mais de 1.600 empresas de cinquenta países e regiões. A ação promoveu pescados nacionais, contatos com importadores e observação de tendências de consumo. Mapa, Ministério da Pesca, ApexBrasil e Abipesca atuaram conjuntamente para ampliar oportunidades comerciais e diversificar exportações brasileiras.

Por que isso é importante? A China oferece escala, processamento e distribuição, mas exige estratégia brasileira de diversificação para evitar dependência excessiva de um comprador dominante nas cadeias globais.

Energia e Infraestrutura

Cinco resoluções energéticas

O CNPE aprovou cinco resoluções sobre transição energética, eletromobilidade, dados energéticos, valorização de resíduos e segurança do gás liquefeito. Criou grupo para formular Estratégia Nacional de Eletromobilidade e aprovou o Plano Nacional de Transição Energética. As medidas também abrangem dados, biogás, biometano, hidrogênio de baixo carbono e controle do Programa Gás do Povo. O objetivo é modernizar o setor e ampliar investimentos.

Por que isso é importante? Energia, dados e eletromobilidade determinam competitividade industrial, podendo reduzir dependências tecnológicas externas e posicionar o Brasil em segmentos centrais da transição produtiva global.

Investimentos em infraestrutura

O Ministério dos Transportes encerrou a agenda em Londres com interesse de investidores internacionais na carteira brasileira de infraestrutura. O programa para 2027 prevê R$ 262,6 bilhões em 29 leilões rodoviários e ferroviários. O governo apresentou projetos a grupos financeiros e gestores de ativos. A estratégia busca atrair capital estrangeiro, integrar modais, reduzir custos logísticos, elevar produtividade nacional e criar condições para novo ciclo de crescimento econômico brasileiro.

Por que isso é importante? Infraestrutura conecta territórios aos fluxos globais, mas financiamento externo pode aumentar dependência financeira, exigindo regulação pública para preservar benefícios nacionais duradouros e estratégicos.

Energia e Infraestrutura

Avaliação ambiental petrolífera

MME e MMA retomaram a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar, instrumento que identifica áreas aptas ou não para petróleo e gás antes de leilões. As portarias preveem análise das bacias de Solimões e Sergipe-Alagoas-Jacuípe. Também será elaborado estudo sobre a Bacia de Pelotas. O processo reúne órgãos ambientais e reguladores, amplia previsibilidade e mantém exigência de licenciamento ambiental para cada empreendimento futuro.

Por que isso é importante? Planejamento ambiental condiciona exploração petrolífera, equilibrando receitas, segurança energética e credibilidade climática brasileira perante mercados, investidores e instituições internacionais cada vez mais exigentes.

Roteiro nacional de transição

O CNPE aprovou diretrizes para elaborar o Mapa do Caminho Nacional de redução gradual da dependência de combustíveis fósseis. A proposta combina segurança energética, soberania, competitividade, emprego, financiamento, inovação e participação social. A matriz energética brasileira tinha 49,5% de renováveis em 2025, enquanto sua matriz elétrica superava 80%. Grupo interministerial terá prazo para preparar o documento e realizar consulta pública nacional.

Por que isso é importante? Uma transição planejada pode converter vantagem renovável em poder industrial, desde que o país controle tecnologia, financiamento, infraestrutura e distribuição social dos benefícios resultantes.

Aliança dos biocombustíveis

O Brasil avançou no diálogo com o setor produtivo no âmbito da Aliança Global para Biocombustíveis. A iniciativa promove cooperação entre governos, empresas e instituições para desenvolver combustíveis renováveis, mobilidade sustentável, inovação e mercados internacionais. O país busca projetar sua experiência em etanol, biodiesel e bioenergia. A articulação procura fortalecer cadeias produtivas, investimentos, padrões técnicos e soluções de baixo carbono globalmente.

Por que isso é importante? Biocombustíveis podem ampliar liderança tecnológica brasileira, reduzir dependência petrolífera e influenciar padrões globais, desde que gerem industrialização nacional e não somente exportação primária.

Energia e Infraestrutura

Imposto sobre petróleo

O Gecex prorrogou o imposto de exportação de petróleo para preservar o abastecimento doméstico. A medida busca equilibrar vendas externas e disponibilidade interna de derivados diante de riscos geopolíticos e volatilidade internacional. O instrumento afeta empresas exportadoras, receitas públicas, preços e investimentos. A decisão demonstra que o governo considera o petróleo recurso estratégico, cuja comercialização externa precisa ser compatibilizada com necessidades energéticas nacionais.

Por que isso é importante? Controlar exportações reduz exposição à volatilidade externa e preserva capacidade estatal sobre recurso energético estratégico, fundamental para segurança, indústria, consumo e contas públicas brasileiras.

Tecnologia e Defesa

Compromisso espacial brasileiro

O Brasil aderiu à Carta Zero Debris, iniciativa liderada pela Agência Espacial Europeia para reduzir detritos espaciais e preservar operações orbitais até 2030. A Agência Espacial Brasileira e duas empresas nacionais aderiram ao compromisso. As medidas envolvem planejamento de descarte, prevenção de colisões, rastreamento de objetos e coordenação de tráfego espacial. Satélites apoiam comunicações, clima, navegação, monitoramento ambiental e outras atividades estratégicas nacionais.

Por que isso é importante? Infraestrutura orbital sustenta dados, comunicações e monitoramento; participar dessas regras protege o acesso brasileiro a tecnologias estratégicas dominadas por poucas potências e empresas globais.

Minerais Críticos e Terras Raras

Lista de minerais estratégicos

O Conselho Nacional para a Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos aprovou lista de 27 substâncias prioritárias. Terras raras, grafita, lítio, níquel, cobalto, cobre, manganês, silício e urânio receberam prioridade máxima. A resolução prevê fomento público, controle acionário e regras para contratos de venda. Os critérios incluem risco geopolítico, concentração da oferta, dependência externa, substituibilidade e posição industrial brasileira nas cadeias produtivas.

Por que isso é importante? Minerais críticos sustentam transição energética, indústria e defesa; processá-los nacionalmente reduz vulnerabilidade externa e melhora a posição brasileira nas cadeias globais de valor.

Minerais Críticos e Terras Raras

Prioridade mineral nacional

O MDIC afirmou que minerais críticos e estratégicos constituem prioridade absoluta do governo. A agenda envolve pesquisa geológica, processamento, inovação, financiamento e integração entre políticas minerais, industriais, energéticas e tecnológicas. O objetivo é ampliar a agregação de valor no país e reduzir a dependência de cadeias ligadas à transição energética, digitalização, defesa e infraestrutura. A estratégia busca transformar reservas minerais em desenvolvimento industrial e tecnológico nacional.

Por que isso é importante? Agregar valor aos minerais define acesso tecnológico e poder industrial; sem processamento interno, o Brasil reproduz posição subordinada de exportador de matérias-primas estratégicas.

Vitória de Lula redefine disputa por terras raras

Reportagem da Reuters destaca que a reeleição de Lula pode dificultar as expectativas do governo Trump de obter acesso preferencial às reservas brasileiras de terras raras. Segundo a reportagem, Washington buscava assegurar acesso estratégico a esses recursos, enquanto o governo brasileiro prioriza investimentos que ampliem a capacidade produtiva nacional. A definição das novas regras minerais será determinante para as negociações com investidores estrangeiros.

Por que isso é importante?

O Brasil ganha capacidade de negociação diante da competição entre Estados Unidos e China, mas precisa evitar que a disputa apenas substitua uma dependência externa por outra.

Viridis e Solvay firmam acordo de terras raras em MG

A australiana Viridis Mining and Minerals firmou contrato vinculante com a Solvay para fornecer aproximadamente 70% da produção planejada de carbonato misto de terras raras do projeto Colossus, em Poços de Caldas (MG). O contrato contempla fornecimento até 2034 e sustenta uma estimativa de receita mínima de aproximadamente US$ 915 milhões entre 2029 e 2034, condicionada à entrega dos volumes previstos. As empresas também negociam transferência de tecnologia e serviços técnicos para produzir materiais mais refinados no Brasil.

Por que isso é importante?

O acordo fortalece a viabilidade comercial do projeto e pode ampliar o processamento doméstico, embora parte importante da tecnologia e da comercialização permaneça vinculada a empresas estrangeiras.

Direitos Humanos

Pacto contra feminicídio

A proposta brasileira de pacto contra o feminicídio será integrada à agenda do Mercosul em 2027 e 2028. A iniciativa busca fortalecer a cooperação regional, a prevenção da violência de gênero, a proteção às mulheres e a coordenação de políticas públicas. A ação insere direitos humanos e igualdade de gênero no processo de integração sul-americana, reconhecendo que a violência exige respostas permanentes, articuladas e transnacionais entre governos e instituições.

Por que isso é importante? Violência de gênero limita cidadania, trabalho e autonomia econômica; coordenação regional fortalece direitos e capacidades públicas contra desigualdades estruturais reproduzidas internacionalmente.

Turismo e Cultura

Amazônia em Oslo

A exposição "Afluentes" apresenta em Oslo comunidades e cadeias da sociobiodiversidade que associam conservação e desenvolvimento sustentável. Realizada por ApexBrasil, BNDES e MMA, a pesquisa destaca a Noruega como responsável por 72% dos recursos recebidos pelo Fundo Amazônia desde 2009. Fotografias, vídeos e produtos amazônicos mostram povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores, bombeiros e agentes ambientais envolvidos diariamente na proteção da floresta brasileira.

Por que isso é importante? O Fundo Amazônia conecta conservação a financiamento externo, permitindo transformar patrimônio ambiental em cooperação, bioeconomia e influência internacional sem abdicar da soberania territorial brasileira.

Turismo brasileiro em Londres

Na World Travel Market London 2026, o Brasil promoveu seus destinos e buscou converter interesse internacional em renda para guias, artesãos e pequenos empreendedores. A feira reúne companhias aéreas, redes hoteleiras, operadoras e destinos globais. A presença brasileira procurou ampliar parcerias, vendas de viagens e visibilidade internacional. O governo destacou hospitalidade, diversidade cultural e potencial dos destinos nacionais para atrair visitantes estrangeiros.

Por que isso é importante? Turismo internacional gera divisas e poder de imagem, mas exige controle nacional sobre benefícios econômicos para evitar concentração externa de receitas e promoção cultural.

Turismo e Cultura

Patrimônio Mundial amazônico

O Teatro Amazonas e o Theatro da Paz receberam certificado de Patrimônio Mundial da UNESCO. É o primeiro patrimônio cultural mundial da Região Norte e o vigésimo sexto sítio brasileiro reconhecido. O título exige proteção, gestão, pesquisa e participação social. O Itamaraty acompanhará recomendações internacionais em articulação com Iphan, Ministério da Cultura e governos estaduais do Amazonas e do Pará, valorizando a dimensão cultural da Amazônia.

Por que isso é importante? Patrimônio reconhecido internacionalmente amplia o poder cultural e turístico, projetando uma Amazônia plural e fortalecendo a capacidade brasileira de disputar narrativas globais sobre sua região.

Cooperação Internacional

Juventude e trabalho regional

O Ministério do Trabalho promoveu oficina em São Paulo sobre juventude e trabalho com representantes latino-americanos. A atividade buscou trocar experiências sobre inserção produtiva, qualificação, proteção social e políticas voltadas a jovens. O encontro abordou desemprego, informalidade, desigualdades e transformações tecnológicas. A iniciativa associou a integração latino-americana à construção de respostas compartilhadas para os desafios contemporâneos dos mercados de trabalho regionais.

Por que isso é importante? Jovens ocupam posições vulneráveis em mercados periféricos; cooperação regional pode ampliar qualificação, direitos e capacidade coletiva diante de transformações tecnológicas globais aceleradas.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

SUS e clima

O Brasil levará à COP31 experiências do SUS para responder a emergências climáticas. A iniciativa apresenta políticas de vigilância, prevenção, assistência e proteção de populações vulneráveis diante de eventos extremos. O governo busca integrar saúde pública, adaptação climática e justiça social. A participação brasileira demonstra como sistemas universais podem reduzir riscos sanitários e ampliar resiliência em comunidades afetadas pela mudança do clima.

Por que isso é importante? Saúde pública adaptada ao clima demonstra capacidade estatal e oferece modelo ao Sul Global, deslocando debates climáticos de emissões para desigualdade e proteção social.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

Mercado brasileiro de carbono

O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima aprovou diretrizes para o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões. O modelo de teto e comércio busca contribuir para a neutralidade de carbono até 2050. Prevê transparência, competitividade, créditos de alta integridade, salvaguardas socioambientais e interoperabilidade internacional. O sistema incluirá mensuração de emissões, registro central, alocação de cotas, compensação e aplicação de recursos para descarbonização.

Por que isso é importante? Regras nacionais de carbono reduzem risco de padrões externos unilaterais, atraem investimentos e permitem ao Brasil disputar mercados de baixo carbono com autonomia regulatória.

Roteiro contra o desmatamento

O governo aprovou o Mapa do Caminho para interromper e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030. O documento orienta conservação, manejo sustentável, bioeconomia, restauração, monitoramento, financiamento e combate ao crime ambiental transnacional. A proposta procura transformar decisões climáticas multilaterais em políticas verificáveis e integra o legado brasileiro da COP30, envolvendo governos, comunidades locais, setores produtivos e mecanismos de cooperação internacional.

Por que isso é importante? Preservação florestal influencia clima, comércio e financiamento globais, fortalecendo poder negociador brasileiro e limitando barreiras externas associadas a desmatamento, emissões e cadeias produtivas.

Segurança alimentar na COP31

O MDS participará da COP31, em Antália, apresentando experiências brasileiras de segurança alimentar, proteção social, agroecologia, sistemas alimentares sustentáveis e redução do desperdício. A programação inclui painéis sobre tecnologias sociais, compras públicas, alimentação saudável, cidades e cadeias de valor resilientes ao clima. A iniciativa busca ampliar a cooperação internacional e aproximar políticas alimentares da agenda climática, destacando estratégias brasileiras de combate à fome.

Por que isso é importante? Segurança alimentar e proteção social condicionam adaptação climática, mostrando que desigualdades domésticas e financiamento internacional definem quem suporta os custos da crise global.

Diplomacia

Mapas internacionais da COP30

A Presidência da COP30 lançou Mapas do Caminho para o afastamento dos combustíveis fósseis e para interromper desmatamento e degradação florestal até 2030. Os documentos resultam de consultas internacionais e propõem transformar compromissos climáticos em políticas, investimentos e resultados mensuráveis. A iniciativa enfatiza responsabilidades diferenciadas, desenvolvimento econômico, segurança energética e cooperação multilateral para implementar decisões previamente adotadas pelos países participantes.

Por que isso é importante? Os roteiros disputam regras da transição energética e do financiamento climático, buscando incluir necessidades do Sul Global em decisões influenciadas por economias desenvolvidas.

Brasil e Venezuela

Mauro Vieira reuniu-se em Madri com o chanceler venezuelano Oliver Blanco, à margem da Cúpula Ibero-Americana. Os ministros discutiram comércio e cooperação amazônica. Vieira convidou Blanco para visita oficial ao Brasil, buscando retomar conversas sobre a agenda bilateral. O encontro sinaliza tentativa de reconstruir canais pragmáticos entre os países, com atenção à integração regional, à fronteira amazônica e aos interesses comuns de desenvolvimento.

Por que isso é importante? A reaproximação reduz a fragmentação sul-americana, fortalece a coordenação amazônica e amplia as margens brasileiras de autonomia diante de pressões geopolíticas externas sobre a Venezuela contemporânea.

Cúpula Iberoamericana

A XXX Cúpula Ibero-Americana reuniu 22 países em Madri para debater aliança digital, inteligência artificial, redução de desigualdades tecnológicas, riscos de desastres, sustentabilidade, cuidados e mobilidade acadêmica. O encontro aprovou instrumentos para ampliar a cooperação regional diante de desafios sociais, tecnológicos e ambientais. A agenda buscou fortalecer a comunidade ibero-americana e projetá-la internacionalmente, conectando governos, organizações, universidades e setores econômicos dos participantes.

Por que isso é importante? A cooperação ibero-americana busca aumentar a capacidade coletiva em tecnologia, proteção social e clima, reduzindo dependências diante dos polos dominantes de inovação e financiamento global.

Diplomacia

Interferência informacional na OEA

O Brasil levou à OEA o debate sobre interferência estrangeira e manipulação informacional. A proposta inclui intercâmbio de alertas, rastreamento de operações coordenadas, preservação de provas digitais e contatos entre autoridades. O governo enfatizou que a resposta deve proteger a liberdade de expressão, o jornalismo e direitos fundamentais. A iniciativa procura fortalecer a integridade eleitoral, soberania e cooperação jurídica regional diante de novas formas de desinformação transnacional.

Por que isso é importante? Plataformas, algoritmos e dados tornaram-se fontes de poder estrutural; cooperação regional busca limitar manipulações externas sobre democracias e soberania informacional nas Américas.

Legado climático brasileiro

O Ministério do Meio Ambiente apresentou os Mapas do Caminho da Presidência da COP30 sobre transição para longe dos combustíveis fósseis e interrupção do desmatamento. Os documentos serão levados à COP31 como legado brasileiro. A proposta articula ação climática, desenvolvimento, justiça social, financiamento e cooperação internacional, enfatizando a necessidade de transformar decisões multilaterais em resultados concretos nos territórios e nas economias dos países participantes.

Por que isso é importante? A agenda brasileira tenta converter capital ambiental em influência normativa, condicionando a transição global à justiça, ao desenvolvimento e ao financiamento para países de menor capacidade histórica.

Lançamento da Presidência COP30

O Itamaraty divulgou o lançamento dos Mapas do Caminho internacionais da Presidência da COP30. Os documentos tratam da transição energética e da interrupção do desmatamento até 2030. Elaboradas mediante consultas internacionais, são contribuições voluntárias para apoiar a implementação de compromissos da Convenção do Clima. A presidência brasileira apresentará seus elementos principais em eventos da COP31, realizados em Antália, na Turquia.

Por que isso é importante? Diplomacia climática permite ao Brasil influenciar normas globais e associar seus recursos ambientais a financiamento, tecnologia e reconhecimento político em fóruns multilaterais decisivos.

Diplomacia

Mauro Vieira em Madri

Mauro Vieira representou o presidente Lula na XXX Cúpula Ibero-Americana, em Madri. A agenda incluiu entendimentos sobre aliança digital, redução de riscos de desastres, mobilidade acadêmica, cuidados e estratégia de cooperação para 2027-2030. O encontro também marcou a transferência da secretaria pro tempore da Espanha para Honduras. A presença brasileira reforçou o diálogo político com a América Latina, Espanha, Portugal e demais parceiros ibero-americanos.

Por que isso é importante? Fóruns ibero-americanos diversificam parceiros e canais diplomáticos, permitindo ao Brasil construir coalizões em temas tecnológicos, sociais e ambientais diante da competição entre potências.

Congresso Nacional

Paz e eleição norte-americana

Em sessão plenária do Senado, Paulo Paim relacionou a vitória democrata nas eleições americanas à possibilidade de fortalecimento da paz mundial. O debate ocorreu durante sessão especial sobre a Frente Parlamentar pela Paz Mundial. Participaram representantes governamentais, sociedade civil, justiça, Igreja Católica e organismos internacionais. O senador defendeu cooperação, diálogo político, democracia e multilateralismo como instrumentos permanentes de prevenção de conflitos internacionais.

Por que isso é importante? Mudanças políticas nos Estados Unidos afetam alianças, guerras e instituições multilaterais, pois Washington conserva poder estrutural para moldar regras, prioridades e segurança globais.

Crédito para exportadores

A comissão mista aprovou relatório favorável à Medida Provisória do Plano Brasil Soberano 3, que disponibiliza até R$ 18,5 bilhões para empresas exportadoras afetadas por tarifas americanas e conflitos no Oriente Médio. A proposta ainda precisa ser votada pela Câmara e pelo Senado. A medida procura preservar produção, empregos, empresas e mercados externos diante de choques comerciais internacionais recentes.

Por que isso é importante? Crédito estatal reduz vulnerabilidades diante de tarifas e guerras, preservando inserção exportadora, capacidade produtiva e autonomia nacional em mercados organizados por potências dominantes.

Congresso Nacional

Crise no Paraguai

A Comissão de Relações Exteriores do Senado informou que acompanha a crise política no Paraguai após a renúncia de Santiago Peña, durante o processo de impeachment associado ao colapso do Ueno Bank. O Senado buscaria informações junto ao Itamaraty e à embaixada paraguaia sobre brasileiros residentes e possíveis impactos econômicos nas regiões fronteiriças entre os países.

Por que isso é importante? Instabilidade paraguaia afeta integração fronteiriça, investimentos e comércio regional, revelando como instituições financeiras e estabilidade política condicionam capacidades nacionais no sistema capitalista internacional.

Democracia no Mercosul

O Senado aprovou o Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul, conhecido como Ushuaia II. O texto amplia mecanismos preventivos e respostas regionais a ameaças democráticas. Prevê consultas às autoridades nacionais, iniciativas diplomáticas e medidas consensuais entre os países membros. O instrumento complementa o protocolo de 1998 e seguirá para promulgação após a aprovação parlamentar brasileira.

Por que isso é importante? Regras democráticas regionais fortalecem previsibilidade institucional, limitam rupturas políticas e protegem mercados integrados, reduzindo vulnerabilidades sul-americanas perante crises internas e pressões externas.

Educação Brasil-Croácia

O Senado aprovou acordo de cooperação educacional assinado entre Brasil e Croácia em 2023. O texto segue para promulgação e formaliza bases para intercâmbios, aproximação institucional, pesquisa e iniciativas conjuntas na educação. A medida amplia o relacionamento bilateral em áreas ligadas à formação de pessoas, circulação de conhecimento, diplomacia cultural e construção de vínculos entre instituições dos dois países.

Por que isso é importante? Cooperação educacional amplia a circulação de conhecimento e as redes institucionais, recursos decisivos para a capacidade tecnológica, a influência cultural e a inserção menos dependente nas hierarquias internacionais.

Congresso Nacional

Defesa com a Guiana

O Senado aprovou acordo de cooperação militar entre Brasil e Guiana, assinado em 2009. O instrumento facilita ações fronteiriças e combate a crimes transnacionais. Prevê compartilhamento de experiências, cooperação em defesa, ciência, tecnologia, treinamento, equipamentos militares e operações especiais. O acordo seguirá para promulgação e reforça mecanismos bilaterais de segurança em área estratégica da Amazônia brasileira e guianense.

Por que isso é importante? Controle fronteiriço amazônico protege soberania, recursos e rotas estratégicas, reduzindo espaços para redes criminosas e rivalidades externas em área central para segurança brasileira.

Espaço Brasil-Venezuela

O Senado aprovou acordo de cooperação em ciência e tecnologia espacial entre Brasil e Venezuela. O texto prevê exploração e utilização pacíficas do espaço, com prioridade para observação, conhecimento e monitoramento dos territórios nacionais. O instrumento seguirá para promulgação. A cooperação pode envolver capacidades de satélite, sensoriamento remoto e acompanhamento ambiental, territorial e climático, aproximando os dois países em uma área tecnológica estratégica.

Por que isso é importante? Tecnologia espacial sustenta soberania informacional, vigilância territorial e autonomia científica, reduzindo dependência de infraestruturas controladas por potências e empresas estrangeiras globalmente.

Herança cultural polonesa

A Comissão de Educação e Cultura aprovou projeto que institui o Dia Nacional da Herança Cultural dos Poloneses no Brasil, em 11 de novembro. A data coincide com a independência polonesa e reconhece contribuições de imigrantes à formação cultural brasileira. A proposta prevê divulgação e solenidades públicas. Aprovado terminativamente, o texto seguirá para sanção presidencial caso não seja apresentado recurso ao Plenário do Senado.

Por que isso é importante? Reconhecer diásporas reforça vínculos culturais transnacionais, diplomacia pública e redes sociais internacionais, recursos que ampliam a interlocução brasileira além das relações estatais tradicionais.

Congresso Nacional

Grupos armados na Amazônia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pediu esclarecimentos sobre grupos armados colombianos e organizações criminosas no transporte de drogas pela tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. O requerimento buscou informações sobre presença, movimentação e medidas de prevenção. O debate destacou riscos para a segurança nacional, a integridade territorial e a soberania brasileira na região amazônica, marcada pela circulação transnacional de ilícitos.

Por que isso é importante? Crime transnacional explora fronteiras frágeis e assimetrias estatais, disputando territórios, recursos e circulação internacional, enquanto enfraquece soberania, segurança e autoridade pública brasileira.

Embaixada brasileira em Madri

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento pedindo explicações ao Itamaraty sobre apoio da Embaixada do Brasil em Madri à mudança de Fábio Luís Lula da Silva para a Espanha. O debate questionou limites institucionais e eventual uso de recursos públicos. A comissão solicitou esclarecimentos sobre suporte logístico, diplomático, humano e material oferecido pela representação brasileira.

Por que isso é importante? Credibilidade externa depende de instituições diplomáticas impessoais e transparentes, pois o uso privado de recursos públicos pode reduzir confiança internacional e capacidade de negociação estatal.

Proteção do ambiente marinho

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o Protocolo de Londres de 1996 sobre prevenção da poluição marinha por alijamento de resíduos. O parecer destacou ameaças ambientais, sanitárias e econômicas do lixo oceânico. Também ressaltou a Amazônia Azul, relevante para a biodiversidade, minerais, energia, comércio e regulação climática. O texto atualiza a base internacional brasileira para exercer direitos soberanos marítimos.

Por que isso é importante? Governança marítima protege rotas comerciais, recursos oceânicos e segurança ambiental, dimensões estruturais disputadas por Estados e corporações na economia global contemporânea.

Congresso Nacional

Acordos com Emirados e Azerbaijão

A Comissão de Relações Exteriores aprovou acordos brasileiros com Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão. O primeiro regula a transferência de pessoas condenadas, permitindo o cumprimento de pena próximo de suas famílias. O segundo promove intercâmbio educacional, pesquisa, mobilidade acadêmica e cooperação cultural. Os instrumentos ampliam vínculos bilaterais em áreas jurídicas, humanitárias e educacionais, conectando o Brasil a parceiros estratégicos do Oriente Médio e do Cáucaso.

Por que isso é importante? Acordos jurídicos e educacionais diversificam vínculos brasileiros com regiões estratégicas, expandindo redes de cooperação, influência cultural e canais institucionais fora dos centros tradicionais.

Diplomacia parlamentar

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional criticou a política externa do governo e defendeu a diplomacia orientada por interesses permanentes de Estado. O deputado questionou relações com Argentina, Israel e Estados Unidos, além de cobrar respeito ao Congresso e maior prioridade para defesa nacional. Também associou contingenciamento orçamentário à limitação de capacidades militares nas fronteiras brasileiras.

Por que isso é importante? Disputas domésticas sobre política externa influenciam coerência negociadora, defesa e comércio, afetando como o Brasil responde às assimetrias impostas pelas grandes potências.



A derrota republicana nas eleições de meio de mandato reconfigura o ambiente político dos Estados Unidos, pois devolve aos democratas o controle do Congresso e amplia limites à agenda da Casa Branca. Ainda assim, não representa uma reversão da competição sino-americana. A contenção tecnológica da China, a proteção de cadeias produtivas e a disputa por minerais estratégicos continuam a mobilizar interesses empresariais e legislativos de ambos os partidos. Portanto, a mudança eleitoral pode alterar instrumentos, prioridades e interlocutores, mas dificilmente eliminará as pressões sobre parceiros como o Brasil.

Nesse quadro, as relações Brasil-Estados Unidos poderão ganhar espaço em clima, comércio, democracia e ciência. Contudo, a disputa por investimentos, conteúdo tecnológico, padrões regulatórios e acesso a recursos minerais persiste. Com a derrota republicana nas eleições de meio de mandato, o ambiente político em Washington tende a ser reconfigurado, mas a competição com a China continuará a atravessar o debate americano. A política externa do governo Lula declara-se independente e orientada pela diversificação de parcerias, sem alinhamento automático aos Estados Unidos, à China ou a qualquer outra potência. Nesse contexto, o Brasil precisa administrar pressões comerciais, tecnológicas e geopolíticas preservando margem própria de decisão no processo.

Por sua vez, a crise paraguaia introduz uma variável regional imediata. O impeachment de Santiago Peña, sucedido pela posse de Pedro Alliana em meio ao colapso bancário, expõe a fragilidade institucional e financeira de um parceiro central do Mercosul. A instabilidade pode afetar fluxos comerciais, integração energética, segurança de fronteiras e a percepção de risco dos investidores. Além disso, a substituição de Peña, identificado como aliado de Donald Trump, abre incerteza sobre os canais pelos quais Washington projetará influência em Assunção, embora Alliana também tenha defendido proximidade com os Estados Unidos.

Para Brasília, o desafio não é preencher um vazio de poder, mas sustentar previsibilidade regional por meio do Mercosul, da cooperação financeira e do diálogo político. A capacidade brasileira de coordenar respostas, sem transformar a crise em disputa de alinhamentos, será relevante para a estabilidade sul-americana. Em síntese, a nova correlação em Washington e a ruptura em Assunção ampliam a importância de uma diplomacia brasileira que combine autonomia, diversificação econômica, coordenação regional e capacidade de negociação seletiva com todas as grandes potências.

Robson Cardoch Valdez – PhD

L a t i t u d e – Consultoria, Pesquisa e Análises
latituderelacoesinternacionais@gmail.com

Apoio: